

## **Análise do Eixo Acesso à Informação da Estratégia de Governança Digital: Um Estudo de Caso na Universidade Federal de Pernambuco**

Marcílio Barbosa do Nascimento<sup>1</sup>  
Paulo Victor da Cruz Souto Maior<sup>2</sup>  
Poliana Karla Pedro de Oliveira<sup>3</sup>  
Rogério Vieira de Lima<sup>4</sup>

**Resumo:** O objetivo principal dessa pesquisa foi levantar questionamentos sobre a temática do governo digital na transparência das ações governamentais para se alcançar mais eficiência e qualidade na gestão administrativa da Universidade Federal de Pernambuco. Dessa forma, a pergunta que norteou este trabalho foi: Os objetivos estratégicos do eixo Acesso à Informação da EGD vem sendo alcançados na UFPE? Após a análise e discussão dos dados levantados a partir dos sítios eletrônicos da universidade, sistema de informação e relatórios de gestão da universidade, obteve-se os seguintes resultados: quanto ao objetivo estratégico 01 (disponibilização e o uso de dados abertos), a pesquisa concluiu que a UFPE ainda está em fase de planejamento nessa área; já em relação ao objetivo estratégico 02 (transparência por meio do uso de TICs), os resultados da pesquisa apontaram avanços em dois pontos e deficiências em outros dois. A metodologia de pesquisa adotada é um estudo de caso com finalidade exploratória, cujo objetivo foi levantar questionamentos para reflexões e futuras pesquisas.

**Palavras-chave:** Governo Digital. TICs. Estratégia de Governança Digital. Acesso à Informação. Transparência

### **1 Introdução**

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm apresentado um nível de evolução crescente, consolidando-se de forma permanente na vida da sociedade moderna, de modo mesmo que muitos pensadores da área passaram a chamar esta em sua nova configuração como a sociedade da informação, a exemplo do sociólogo Manuel Castells. Empresas privadas, organizações governamentais e não governamentais, e cidadãos, utilizam intensivamente as mais novas formas de comunicação e interação.

---

1 Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco.

2 Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco.

3 Mestranda em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco.

4 Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco.

À medida que o uso das TICs se intensifica entre os setores privados da sociedade, têm-se percebido pressões de modernização no setor público, no sentido da adoção de novos mecanismos e tecnologias para a gestão e governança públicas. Essas forças são provenientes do próprio movimento de reforma da administração pública, ou seja, da necessidade de maior eficiência no governo - e não apenas de eficácia - provocando um movimento de reformulação dos conceitos e práticas da gestão pública - conhecida como reforma gerencial da gestão pública.

De acordo com Bresser-Pereira (2010), a reforma gerencial da gestão pública foi desenvolvida a partir do final dos anos 1980, tendo como inspiração as estratégias de gestão das empresas privadas, e sua teoria foi chamada de Nova Gestão Pública, isto é, uma série de ideias que buscavam tornar os administradores públicos mais autônomos e ao mesmo tempo mais responsáveis.

Como resultado do processo de reformulação da gestão pública nas últimas décadas, novos princípios, muitos dos quais com bases gerenciais, passaram a nortear a administração pública, como a orientação para resultados, a efetividade, a transparência e o controle. Assim, em razão de suas potencialidades, as tecnologias de informação e comunicação se tornaram parte essencial dentro do processo de reformulação da administração pública, tendo sido introduzidas pelo governo brasileiro já na década de 90, através de ações de governo eletrônico do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2005).

Assim, o governo eletrônico (e-GOV), atualmente redenominado governo digital, significa a informatização dos processos e atividades do setor público, além da transparência de suas ações na internet. Além disso, o governo digital tem sido compreendido como um elemento viabilizador do novo modelo de gestão pública, no qual atua como fomentador de uma nova maneira de interação entre o governo, cidadãos, empresas e outros governos (BARBOSA et al., 2008).

Atentos às potencialidades das TICs, os governos vêm intensamente formulando e implementando políticas públicas de governo digital para otimizar o uso das TICs nos processos de reformulação da gestão pública, no intuito de obter resultados mais efetivos em suas ações governamentais, bem como mais transparência em sua atuação.

No entanto, dada a profusão de políticas públicas sobre governo digital que foram formuladas na última década, recentemente, o esforço do governo federal tem sido no sentido de consolidar em um único documento as políticas públicas de governo digital. Isso porque o maior desafio da transformação digital não é mais tecnológico, mas sim de direcionamento de esforços e coordenação de mudanças estruturais (BRASIL, 2019).

Por tanto, em 15 de janeiro de 2016, o governo federal publicou o Decreto nº 8.638, que instituiu a política de governança digital brasileira. O detalhamento dessa política foi realizado pelo Ministério do Planejamento por meio da publicação da Estratégia de Governança Digital (EGD) para o período 2016-2019. Assim, a EGD foi desenvolvida visando consolidar em um único documento as políticas públicas de governança digital que devem ser adotadas pelos órgãos e entidades federais. Por isso, seu objetivo é orientar e

integrar as iniciativas da transformação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Sendo assim, o propósito deste trabalho foi analisar o eixo Acesso à Informação da EGD, buscando avaliar se os objetivos estratégicos desse eixo vem sendo alcançados no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dessa forma, a pergunta que norteou este trabalho foi: **Os objetivos estratégicos do eixo Acesso à Informação da EGD vem sendo alcançados na UFPE?**

## 2 Aspectos Teóricos

### 2.1. Reforma Gerencial da Gestão Pública: implicações no governo eletrônico

De acordo com Bresser-Pereira (2010), a Reforma da Gestão Pública procurava principalmente tornar os administradores públicos mais autônomos e responsáveis por resultados, ao invés de obrigados a seguir regulamentos rígidos. Além disso, buscava controlar a qualidade e os custos dos serviços realizados diretamente por servidores públicos estatutários que demonstravam ser onerosos demais.

Embora a Reforma Gerencial tenha contribuído na reformulação administração pública, seja por meio de privatizações, ou pela diminuição da burocracia em suas ações governamentais, ao ter mais preocupação com resultados, ao invés de processos, a ineficiência na prestação do serviço público e a falta de prestação de contas ainda continuam existindo em larga escala, por várias razões.

Assim, para que o atual Estado continue tendo seu papel de agente de desenvolvimento econômico e social, é preciso que sua atuação seja feita por meio de um governo digital, ou melhor, um governo transformado digitalmente por tecnologias de comunicação e informação. Por isso, o uso intensivo das TICs pelo governo se torna fundamental, visto que permite uma diminuição no tempo gasto pelos cidadãos em suas relações com o governo, trazendo mais celeridade, segurança e transparência nessas relações (CASTOR; AGE, 2001).

### 2.2 TICs e Governo Digital

A revolução tecnológica tem possibilitado o surgimento gradual de uma sociedade fortemente baseada na informação, influenciando a capacidade de o setor privado e os governos gerarem, processarem e aplicarem, de forma eficiente, as informações, bem como produzirem e compartilharem conhecimentos (CASTELLS, 2002). As TICs são as bases para a formação da sociedade do conhecimento. O desenvolvimento da internet e suas aplicações institucionalizaram a infraestrutura digital de comunicação e criaram a dimensão da virtualidade nas formas de organização e nas suas relações com os indivíduos. O estudo sobre seu uso e seus impactos sociais nos indivíduos e organizações tem sido objeto de

pesquisa que extrapola o campo especializado da computação aplicada, atingindo o campo dos estudos organizacionais, sociologia e antropologia.

Para Fountain (2001), existe um consenso entre os gestores públicos, responsáveis pela condução do processo de formulação e implantação de políticas públicas, em todo o mundo: a internet e as TIC são forças que atuam em favor do governo para aumentar a sua capacidade de resposta aos cidadãos e suas demandas por serviços mais eficientes e mecanismos de participação democrática. Esses fatores afetam a visão dos gestores públicos em relação ao uso de tecnologia no âmbito do setor público. A difusão e adoção das TICs pelo poder público, de maneira geral, têm-se transformado gradualmente em instrumentos que viabilizam as reformas gerenciais no âmbito da administração pública.

É na aplicação das TICs nos processos do governo que surge o governo digital, que, por meio de portais, os governos demonstram sua identidade, seus objetivos, seus trabalhos, assim como possibilitam a disponibilização de serviços e informações. Esses portais com interface *web* são voltados para o segmento governo-cidadão (G2C), governo-governo (G2G), governo-negócio (G2B) e governo e seus próprios servidores (G2E). Diversos autores ainda consideram o segmento governo-investidor, ainda de menor expressão na literatura e na prática brasileira (PINHO, 2008).

### **2.3 Governo Digital no Brasil**

Embora recentemente a temática do governo digital tenha ganhado força no Brasil, principalmente pelo esforço de consolidar políticas públicas dessa área em um único documento, como a Estratégia de Governança Digital, a temática ainda tem muito a evoluir no país. Não só por seu estágio de desenvolvimento, apesar dessas recentes iniciativas mais vorazes do Governo Federal, mas pela própria jovialidade das práticas da ciberdemocracia no país. Vale salientar que o uso do termo governo eletrônico teve início na década de 90, através de ações do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2005).

No entanto, o conceito foi introduzido formalmente no ano 2000, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso por meio de decreto, em que se buscava a participação cidadã para melhoria do gerenciamento do Estado e integração com fornecedores e parceiros. Por sua vez, a adoção do governo eletrônico reafirmava o papel do Estado na formulação de políticas sociais conforme defendido no Plano Diretivo da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)

### **2.4 Estratégia de Governança Digital (EGD)**

Recentemente, o esforço do Governo Federal tem sido no sentido de consolidar em um único documento as políticas públicas de governo digital. Isso porque o maior desafio da transformação digital não é tecnológico, mas sim de direcionamento de esforços e coordenação de mudanças estruturais (BRASIL, 2019).

Para tanto, em 15 de janeiro de 2016, entrou em vigor o Decreto nº 8.638, que instituiu a política de governança digital no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, competindo ao Ministério do Planejamento (MP), conforme art. 5º do decreto, a edição da Estratégia de Governança Digital:

Art. 5º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão editará a Estratégia de Governança Digital - EGD da administração pública federal, documento que definirá os objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas da Política de Governança Digital e norteará programas, projetos, serviços, sistemas e atividades a ela relacionados. (Decreto nº 8.638 de 15 de Janeiro de 2016)

Assim, a partir do decreto, o Ministério do Planejamento ficou encarregado de desenvolver a Estratégia de Governança Digital (EGD), visando consolidar em um único documento a política de governança digital no âmbito dos órgãos e entidades federais para o período de 2016 até 2019.

O propósito da EGD é:

"orientar e integrar as iniciativas de transformação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, contribuindo para aumentar a efetividade da geração de benefícios para a sociedade brasileira por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social (EGD, 2018, p. 19)"

Vale mencionar que a EGD foi desenvolvida em conjunto com outros órgãos e entidades públicas, pois teve a colaboração de servidores dos ministérios, autarquias, fundações, empresas públicas e representantes da sociedade civil, além de consulta pública por meio do site governamental ([www.participa.br](http://www.participa.br)).

Assim, a EGD é um documento formalizado por meio da Portaria nº 68/2016 do MP, cujo objetivo é orientar e integrar as iniciativas da transformação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, incluindo, naturalmente, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por se tratarem de entidades vinculadas ao Poder Executivo Federal.

A estratégia orienta e integra as ações do governo em três eixos principais: Acesso à Informação, Prestação de Serviços e Participação Social. Dada a grande complexidade que envolve cada eixo, o foco deste trabalho será analisar se os dois objetivos estratégicos do eixo Acesso à Informação estão sendo alcançados pela UFPE.

#### 2.4.1 O eixo Acesso à Informação na EGD

O acesso à informação nos remete ao conceito de *accountability*, que, segundo Pinho (2008), pode ser pensada como "a transparência, o engajamento dos governantes com a prestação de contas, e também a responsabilização dos governantes pelos seus atos". Em outras palavras, a *accountability* está relacionada à disponibilização pública de informações

sobre ações e decisões dos entes representativos do Estado e à prestação de contas por parte dos governantes.

É exatamente a transparência e a accountability que o eixo Acesso à Informação da EGD busca alcançar nos órgãos e entidades públicas federais. Como pode ser observado no quadro acima, o eixo Acesso à Informação tem dois objetivos estratégicos (OE.1 e O.E.2), que são: fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos; e promover a transparência por meio do uso de TIC.

O objetivo estratégico 1 - fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos - almeja:

Fomentar a abertura dos dados dos órgãos e entidades públicas, respeitando o sigilo dos dados pessoais do cidadão, e promover o uso dos dados abertos pela sociedade não somente para fins de controle social e transparência, mas também para a promoção da inovação, do empreendedorismo e de pesquisa científica (EGD, 2018, p. 38).

O conceito de dados governamentais abertos traz consigo a premissa de que “a inteligência coletiva cria melhores formas de trabalhar com os dados (e informações resultantes dos dados governamentais abertos) do que os próprios governos poderiam fazer” Silva (2010).

A pressão social por mais transparência e o desenvolvimento das TICs possibilitaram a realização de consultas personalizadas a base de dados, mas o desafio atualmente é adentrar plenamente na fase dos dados governamentais abertos em todos os órgãos e entidades. Por isso, é preciso que todos os órgãos ofereçam suas bases de dados em estado bruto, ou seja, livre de manipulação, de forma que um usuário (cidadão) comum possa visualizá-los e entendê-los, permitindo filtrá-los e cruzá-los de maneira livre para que possa produzir a informação com o máximo de qualidade possível, inclusive permitindo a construção de novas aplicações e conhecimentos pela própria sociedade civil (MATHEUS, RIBEIRO e VAZ, 2010).

Assim, os dados governamentais abertos aumentam a transparência ao promover melhores condições de controle das ações governamentais por parte da sociedade.

O Portal Brasileiro de Dados ([www.participa.br](http://www.participa.br)) surgiu exatamente da importância da divulgação dos dados governamentais abertos pelos órgãos públicos. Atualmente, o portal disponibiliza mais de 7 mil conjuntos de dados de 169 órgãos e entidades públicas, permitindo que o objetivo estratégico 1 seja parcialmente alcançado pelo governo federal.

Já o objetivo estratégico 2 - promover a transparência por meio do uso de TIC - se refere a:

Ampliar o uso de TIC para fornecer informações confiáveis, tempestivas e atualizadas dos resultados produzidos, sejam parciais ou totais, das ações e da aplicação dos recursos públicos, de forma mais clara e simples ao cidadão, dos

produtos, serviços gerados ou realidade transformada (EGD, 2018, p. 38)

De acordo com a Estratégia de Governança Digital (2018), dois portais eletrônicos governamentais buscam alcançar esse segundo objetivo do eixo Acesso à Informação, contribuindo para o aumento da eficiência do Poder Público e diminuição da corrupção e elevação da participação social.

O primeiro é o Portal da Transparência ([www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br)), no qual estão disponíveis para consulta informações sobre as contas e despesas do governo federal, assim como importantes informações sobre servidores públicos, que tem um papel fundamental na prevenção da corrupção e na redução de atos oportunistas.

O próprio portal da transparência afirma que a disponibilização de informações sobre servidores permite identificar acúmulos de cargos ou servidores ganhando acima do teto - e talvez até um caso de nepotismo ou de conflito de interesses (BRASIL, 2019). Também é possível verificar se algum servidor está recebendo bolsa família ou outro benefício indevido. A identificação de abusos nas viagens a serviço e os afastamentos e licenças também são verificáveis pelo portal da transparência.

O segundo portal eletrônico alinhado ao objetivo estratégico 2 é o Portal da Lei de Acesso à Informação ([www.acessoainformacao.gov.br](http://www.acessoainformacao.gov.br)), que promove a transparência das ações do governo, através da viabilização do acesso a informações públicas. Por exemplo, a transparência permite que funcionários e setores sejam controlados de forma mais efetiva. E quem está sendo controlado vai tentar diminuir o alcance desse controle sobre si. No entanto, se não conseguir, vai tentar intensificar o controle sobre os demais setores e funcionários da organização, para que todos sejam controlados junto com ele.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, tendo como procedimento metodológico o estudo de caso. O estudo de caso é um método de pesquisa que usa, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o propósito de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto (Yin, 2009).

De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória habitualmente envolve levantamento bibliográfico e documental, não se aplicando, costumeiramente, procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados. Por tanto, neste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, levantando-se informações em portais do governo federal, legislações, artigos e livros relacionados ao tema.

Além disso, para a coleta de dados, foram analisados os portais das Pró-Reitorias da UFPE, o novo sistema de informações SIPAC, bem como o Relatório de Gestão da UFPE do ano 2018 e 2017, no intuito de avaliar se os dois objetivos estratégicos do eixo Acesso à informação da Estratégia de Governança Digital vem sendo alcançados pela UFPE.

Do ponto de vista legal, a Universidade Federal de Pernambuco foi escolhida como

estudo de caso por se tratar de uma entidade pública federal, ou seja, uma Instituição Federal de Ensino Superior, enquadrada nas determinações do Decreto nº 8.638/2016, que instituiu a política de governança digital no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e funcional.

É importante destacar que essa pesquisa é um estudo de caso com finalidade exploratória, cujo objetivo é levantar questionamentos para reflexões e futuras pesquisas a respeito da implementação do eixo Acesso à Informação da EGD dentro da UFPE.

De forma mais ampla, esta pesquisa buscou contribuir estimulando o debate sobre a expansão do acesso às informações governamentais através da disponibilização e o uso de dados abertos, bem como a promoção da transparência por meio do uso de TICs.

#### **4 Análise e Discussão dos Resultados**

Como abordado, o esforço do Governo Federal tem sido no sentido de consolidar em um único documento as políticas públicas de governo digital, já que o maior desafio da transformação digital não é mais tecnológico, mas sim de direcionamento de esforços e coordenação de mudanças estruturais (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, o modelo de análise deste trabalho são os dois objetivos estratégicos (OE.01 e OE.02) do eixo Acesso à informação da EGD. Com base na pergunta central "Os objetivos estratégicos do eixo Acesso à Informação da EGD vem sendo alcançados na UFPE?" serão apresentados os pontos positivos e negativos identificados na universidade.

##### **4.1 Análise do OE.01 - fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos**

No âmbito da UFPE, o Modelo de Governança de TICs tem como principal instância o Comitê Gestor de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação (CGTIC), cujos principais objetivos são aprovar e acompanhar políticas e planos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, e à Comunicação e Informação.

De forma semelhante à EGD do Governo Federal, atualmente está em fase de elaboração na UFPE a sua Política de Governança Digital, que será o documento formalizador do modelo, apresentando os princípios e as diretrizes que guiarão a TIC da instituição.

De acordo com o Relatório de Gestão da UFPE (2018), estão entre as principais iniciativas inovadoras na área de TI a elaboração do Portal de Dados Abertos da UFPE ([www.ufpe.br/procit/dadosabertos](http://www.ufpe.br/procit/dadosabertos)), em conformidade legal com o Decreto nº 8.777/2016. No entanto, embora o site exista formalmente, verificou-se que ele ainda não apresenta nenhuma informação. Além disso, identificou-se no relatório de gestão que existe um plano de elaboração do portal de dados abertos da UFPE.

Além dessa falta de transparência no próprio portal da universidade, identificou-se uma outra situação ainda mais grave. Constatou-se que a UFPE ainda não disponibilizou

nenhum conjunto de dados no portal de dados abertos do governo federal ([www.dados.gov.br/](http://www.dados.gov.br/)). Apesar da importância na divulgação desses dados, conforme explicação dada nos aspectos teóricos deste trabalho, apenas duas instituições de ensino superior públicas em Pernambuco disponibilizaram dados nesse portal: o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF). Por essas razões, constata-se que a UFPE ainda está carente no alcance do Objetivo Estratégico 1 - fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos.

## **4.2 Análise do OE.02 - promover a transparência por meio do uso de TIC**

### **4.2.1 Falta de transparência nas informações sobre setores e servidores no Portal da UFPE**

Segundo Bentham (apud FARRANHA E BATAGLIA, 2018), a publicidade geraria constrangimentos na autoridade pública, assim, ela evitaria abusos do poder confiado para se obter benefícios privados. Por essa razão, o portal da transparência do governo federal salienta que o acesso à informação sobre servidores em seu portal é fundamental para prevenção da corrupção ou redução de atos oportunistas (BRASIL, 2020). Dessa forma, a área sobre servidores desse portal disponibiliza uma lista de informações gerais sobre cada servidor, como: nome do cargo público ocupado e sua classe, forma e data de ingresso, local de lotação no órgão, período de afastamento e licença, ficha de remuneração, bem como histórico de ocupação de cargo de direção ou função de confiança.

Embora essas informações sobre servidores no portal da transparência sejam extremamente relevantes, elas não são úteis do ponto de vista do cliente-cidadão que precisa se dirigir a um órgão público para resolver problemas de caráter pessoal ou geral e, por isso, estão interessados em saber a quem deve se dirigir para resolver suas demandas. É dentro dessa perspectiva do acesso à informação sobre serviços de setores e servidores que se realizou uma análise do portal eletrônico da UFPE ([www.ufpe.br](http://www.ufpe.br)).

Primeiramente, verificou-se no portal da universidade que as páginas das Pró-reitorias disponibilizam poucas informações úteis de contatos para a resolução de problemas. Disponibilizam contatos básicos (nome, telefone e email) apenas de altos gestores, como pró-reitor e diretores. As páginas também não informam o horário de funcionamento dos setores. E, em muitos casos, não informam os serviços que podem ser prestados por cada setor e por seus servidores.

Vale notar que a transparência dessas informações não são importantes apenas para reduzir comportamentos oportunistas. Elas ajudariam a resolver a enorme dificuldade de comunicação entre os setores da universidade, pois os servidores saberiam exatamente a quem se reportar quando precisassem resolver problemas urgentes. A propósito, de acordo com o Portal da UFPE, existem 3.843 servidores técnico-administrativos em atividade na instituição. Esse expressivo número fortalece ainda mais a necessidade de maior transparência nas atribuições dos servidores.

#### **4.2.2 Falta de transparência na utilização de veículos institucionais**

Outro ponto que exige maior transparência por meio do uso de TICs é a utilização de veículos institucionais pelos servidores. Falta a divulgação de um relatório periódico no portal da universidade. Esse relatório precisaria divulgar no mínimo: quem utilizou os veículos, quando utilizou, a origem e o destino do trajeto, assim como o motivo da utilização. De acordo o Relatório de Gestão da UFPE (2017), a universidade detém uma frota de 114 veículos destinados a serviços comuns, com um tempo de vida médio de 6 anos. Além da falta de promoção da transparência na utilização dos veículos, vários são os problemas decorrentes dessa frota antiga, como manutenções de rotina caras, consumo excessivo de combustível, colisões e falta de controle adequado de sua utilização.

No entanto, para superar esses percalços, a alternativa mais eficiente e eficaz no momento é a utilização do aplicativo Taxigov. Esse aplicativo é uma solução alinhada à nova era das TICs e do governo digital. Segundo o site do Ministério do Planejamento, a utilização desse aplicativo resulta em economias na ordem de 60%, ao mesmo tempo em que se consegue controlar mais adequadamente o uso de transporte pelos servidores. Desde 2017, essa iniciativa já é largamente utilizada pelo Poder Executivo Federal em Brasília e entorno. O controle da utilização dos veículos institucionais é fundamental. Para tanto, mais uma vez se constata a necessidade de utilização das TICs para promover a transparência na utilização desses veículos a fim de dificultar o uso da máquina pública para fins pessoais.

#### **4.2.3 Melhorias na Transparência da Gestão Administrativa através do site da PROGEST**

Apesar das deficiências encontradas acima, a promoção da transparência na utilização das TICs através do site da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa (PROGEST) vem aumentando nos últimos anos. Afinal, a transparência nas informações sobre a gestão de licitações e contratos é crucial para um efetivo controle interno e externo das ações governamentais e, por isso, as exigências dos órgãos de controle são maiores nessa área. Nos contratos públicos administrativos a transparência é ainda mais necessária, pois envolvem somas vultosas na contratação de obras e serviços de engenharia, aquisição de bens, bem como a contratação de serviços gerais como vigilância, limpeza e manutenções de imóveis. Vale salientar que a quantidade de contratos públicos administrativos formalizados desde 2015 atingiu o montante de 519.

Assim, para permitir uma maior transparência no acompanhamento da execução desses contratos, a PROGEST vem disponibilizando em seu site todos esses contratos em PDF, com seus respectivos anexos: termos aditivos, termos de apostila, repactuações, portarias de nomeação de gestores e fiscais dos contratos etc. A disponibilização dessas informações permitiu um controle muito mais célere da execução dos contratos por parte dos setores de auditoria e da controladoria da instituição, bem como pelos servidores

responsáveis pela gestão administrativa da universidade. Por essa razão, nesse tópico identificou-se avanços na promoção da transparência por meio da utilização de TICs.

#### **424 Melhorias na transparência dos processos administrativos com o advento do SIPAC**

Quanto ao recém-lançado sistema de informação SIPAC, tem-se observado, por exemplo, que a transformação dos processos administrativos do meio físico para o digital, como compras, empenhos e pagamentos, tem trazido melhorias na transparência e na celeridade das atividades administrativas. Por isso, com esse sistema também se constata avanços na promoção da transparência por meio da utilização de TICs.

Afinal, o acesso público pela internet ao conteúdo dos processos trouxe grandes benefícios aos usuários interessados nesses processos, pois eles podem acompanhar não apenas a sua tramitação, como ocorria no anterior sistema SIGA, mas também visualizar todos os documentos e despachos inseridos no processo, permitindo muito mais transparência nas atividades administrativas. Essa facilidade de acesso às informações do processo se reflete, por parte dos servidores, em mais cuidado durante a inserção de documentos e aposição de despachos, bem como na celeridade da análise e posterior tramitação. Isso resulta, inclusive, em uma tendência à uniformização das decisões despachadas nos processos, visto que processos com mesmo assunto, mas com interessados distintos, podem ser facilmente recuperados para terem suas decisões comparadas.

Apesar de o SIPAC ser um sistema eficaz, recentemente o Governo Federal vem solicitando aos órgãos e entidades públicas federais que adotem ou migrem para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado pelo TRF da 4ª Região. De fato, existem vantagens para essa migração, pois o SEI permite que todos os órgãos e entidades públicas federais estejam integrados em documentos e processos. Por exemplo, por meio do SEI, os processos digitais de um órgão público poderão ser tramitados virtualmente para outros. Dessa forma, gradualmente esse sistema substituirá todos os sistemas paralelos de tramitação de processos e documentos digitais que são utilizados em órgãos e entidades públicas federais.

### **5 Considerações Finais**

Dada a profusão de políticas públicas sobre governo digital que foram formuladas na última década, recentemente, o esforço do governo federal tem sido no sentido de consolidar em um único documento as políticas públicas de governo digital. Por tanto, o governo federal publicou o Decreto nº 8.638 de 2016, que instituiu a política de governança digital brasileira. O detalhamento dessa política foi realizado pelo Ministério do Planejamento por meio da publicação da Estratégia de Governança Digital (EGD).

A EGD foi desenvolvida visando consolidar em um único documento as políticas públicas de governança digital que devem ser adotadas pelos órgãos e entidades federais.

Por isso, seu objetivo é orientar e integrar as iniciativas da transformação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para o período 2016-2019.

Sendo assim, o propósito deste trabalho foi analisar o eixo Acesso à Informação da EGD, buscando avaliar se os dois objetivos estratégicos desse eixo vem sendo alcançados no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco.

Na análise do Objetivo Estratégico 01 - fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos, constatou-se que existe o site de dados abertos da UFPE ([www.ufpe.br/procit/dadosabertos](http://www.ufpe.br/procit/dadosabertos)), no entanto ele ainda não apresenta nenhuma informação.

Além disso, identificou-se uma situação ainda mais grave. Constatou-se que a UFPE ainda não disponibilizou nenhum conjunto de dados no portal de dados abertos do governo federal ([www.dados.gov.br](http://www.dados.gov.br)).

Já na análise do Objetivo Estratégico 02 (promoção da transparência por meio do uso de TIC), identificou-se a falta de transparência em informações básicas sobre setores e servidores no Portal da UFPE. Evidenciou-se, quanto a isso, duas implicações gerenciais negativas: a) poucas informações úteis de contatos para a resolução de problemas pelos clientes-cidadão que precisam saber a quem devem se dirigir para resolver suas demandas; b) aumento da possibilidade de comportamentos oportunistas por servidores que não tem comprometimento com suas obrigações.

Ainda no Objetivo Estratégico 02 (promoção da transparência por meio do uso de TIC), identificou-se também a falta de transparência na utilização de veículos institucionais, resultando em implicações gerenciais negativas, como a falta de controle adequado da frota, aumentando os gastos públicos e facilitando a utilização dos veículos institucionais para fins pessoais.

Continuando a análise do Objetivo Estratégico 02, observou-se a promoção da transparência na utilização de TICs no acompanhamento mais célere da execução dos contratos administrativos formalizados pela Pró-reitoria de Gestão Administrativa da UFPE, que recentemente vem disponibilizando em seu site todos os contratos em PDF, com seus respectivos anexos. Isso resulta em implicações gerenciais positivas, como um controle mais adequado da execução dos contratos por parte dos setores de auditoria e da controladoria da instituição, bem como pelos servidores responsáveis pela gestão administrativa da universidade.

Outro ponto positivo do objetivo estratégico 2 foi o advento do Sistema SIPAC e a transformação dos processos administrativos do meio físico para o digital, como compras, empenhos e pagamentos, que resultaram em avanços na transparência e na celeridade das atividades da gestão administrativa. Desse sistema resultaram as seguintes implicações gerenciais positivas: maior controle dos processos e maior celeridade da análise e posterior tramitação por parte dos servidores.

Como pode ser apresentado ao longo da pesquisa, os objetivos estratégicos do eixo Acesso à Informação da EGD vem sendo alcançados parcialmente na UFPE. Essa situação

precisa ser melhorada, pois é por meio da disseminação da TICs dentro do governo digital que se alcança mais transparência nas ações governamentais, com consequentes melhorias na eficiência e qualidade da gestão administrativa de um órgão ou entidade pública.

Por fim, recomendam-se para as futuras investigações estudos de viabilidade na adoção de medidas que ampliem ainda mais a disponibilização de dados abertos, assim como a utilização de TICs na promoção do acesso à informação da gestão administrativa de órgãos e entidades públicas federais, além da própria universidade em análise.

## Referências

BATAGLIA, Murilo Borsio; FARRANHA, Ana Claudia. Governança e Administração Pública: o uso de tecnologias para a prevenção da corrupção e promoção da transparência. Revista da CGU, 2018,p.1075-1097

BRASIL. Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Estratégia de Governança Digital – EGD: Transformação Digital: Cidadania e Governo (2016-2019) – Versão Revisada. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/egd-estrategia-de-governanca-digital-da-administracao-federal-2016-2019.pdf> Acesso em: 15 dez. 2019.

CASTELLS, Manuel. (2002). A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1917699183?pq-origsite=gscholar> Acesso em: 10 dez. 2019.

CASTOR, B. V. J.; AGE, J. H. A. Atualizando o modelo administrativo brasileiro - as promessas e perspectivas do governo eletrônico. Curitiba: ENANPAD, 2001.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. Revista de Administração Pública, v. 43, n. 1, p. 23-48, Janeiro-Fevereiro, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/2226/o-governo-eletronico-no-brasil--perspectiva-historica-a-partir-de-um-modelo-estruturado-de-analise> Acesso em: 08 dez. 2019.

FOUNTAIN, Jane E. Building the Virtual State: Information Technology and Institutional Change. New York: The Brookings Institution, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c->

[mc3a9todos-e- tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf](#) Acesso em: 14 dez. 2019.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, Outubro-Dezembro, 2005. Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10761/a-institucionalizacao-do-governo-eletronico-no-brasil> Acesso em: 14 dez. 2019.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Revista Administração Pública [online]., vol.42, n.3, p.471-493, mai./jun. 2008.

Universidade Federal de Pernambuco. Relatórios de Gestão de 2017 e 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proplan/relatorios-de-gestao> Acesso em: 06 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Portal da UFPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br> Acesso em: 06 dez. 2019.

VAZ, J. C.; RIBEIRO, M. M.; MATHEUS, R. Dados Governamentais Abertos e seus impactos sobre os conceitos de transparência no Brasil. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, v. 1, p. 45-62, 2011. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_ADI2274.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_ADI2274.pdf) Acesso em: 14 dez. 2019.

Yin, R.K. (2009) Case study research, design and methods (applied social research methods). Thousand Oaks. California: Sage Publications